

Relato do MISA sobre o ataque da Polícia contra jornalistas na manifestação de 21 de Outubro

- (...) *“Devidamente identificados, estávamos no terreno a reportar os factos que estavam acontecer naquela manhã do dia 21. Os manifestantes estavam, pacificamente, a cantar e a exhibir dísticos no local onde foram barbaramente assassinados os cidadãos Elvino Dias e Paulo Guambe quando, de repente, ouvimos o comandante da Unidade de Intervenção Rápida, a dar ordens para disparar contra as pessoas”* (Fonte Protegida).
- *“Estava perto dele e ouvi tudo. Ele [o comandante] foi o primeiro a disparar e os polícias seguiram. Na concentração estavam também jornalistas, mas isso não comoveu o comandante da Polícia. Sufocados pelo gás da Polícia, saímos em debandada à procura do melhor sítio para continuarmos o nosso trabalho”* (Fonte Protegida).
- *“Quando eram cerca das 10 horas chegou o candidato presidencial pelo PODEMOS, Venâncio Mondlane, e os jornalistas foram ao encontro dele. Durante a entrevista ouvimos estrondos no local. Eram cápsulas de gás lacrimogénio que tinham sido lançadas directamente para o sítio. Insistimos com a entrevista, mas o gás não parava de chegar. Todos saímos a correr, cada um para o seu lado à busca de segurança. Nessa fuga ouvi um estrondo e senti que algo estava mal comigo”* (Fonte Protegida).
- *“Caí, e quando olhei para a minha perna direita, estava a sangrar. Era uma cápsula de gás lacrimogénio que acabava de me atingir. Todos colegas tinham fugido e perto de mim estavam alguns agentes da Unidade de Intervenção Rápida. Gritei pelo socorro, mas fui ignorado. Minutos depois veio um agente da Polícia Trânsito que, depois de ver a gravidade do ferimento, chamou a viatura da Polícia e levaram para Hospital Central de Maputo onde estou internado até hoje [quarta-feira”* (...), Bruno Marrengula, operador de câmara da Tv Glória.

No dia 21 de Outubro de 2024, o candidato presidencial do PODEMOS, Venâncio Mondlane, convocou uma manifestação, pacífica, para repudiar o assassinato bárbaro de dois membros seus mormente: Elvino Dias, advogado e mandatário presidencial e Paulo Guambe, mandatário do PODEMOS.

A manifestação visava exigir a justiça pelos assassinatos e contestar os resultados das eleições gerais de 09 de Outubro, até então divulgados pelas Comissões Provinciais de Eleições e, por outro lado, o duplo homicídio cometido na avenida Joaquim Chissano, na noite do dia 18 de Outubro, ponto escolhido para a partida dos manifestantes.

Mesmo reconhecendo o facto de na República de Moçambique, o Direito à Liberdade de Reunião e de Manifestação estão consagrados no artigo 51 da Constituição da República de onde se extrai o seguinte: “todos os cidadãos têm direito à liberdade de reunião e manifestação nos termos da lei”; o movimento de protesto não chegou a acontecer devido à forte intervenção policial. Para o efeito, a polícia mobilizou todos seus meios, incluindo o uso de equipamentos não conhecidos pelos moçambicanos como é o caso de helicópteros.

Logo pela manhã, a Polícia destacou agentes de várias especialidades com maior enfoque para Unidade de Intervenção Rápida (UIR), Grupo de Operações Especiais (GOE) da UIR, Polícia de Protecção, carros blindados, Polícia Canina, atiradores especiais colocados no topo dos edifícios mais altos em redor da zona, agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) entre outros agentes à paisana, mas munidos de armas de guerra como é o caso de AK47.

Todas operações foram lideradas pela UIR cujos agentes eram chefiadas e ordenadas por um comandante de alta potência.

Numa primeira fase, a Polícia deixou que os apoiantes de Venâncio Mondlane se concentrassem no local onde ocorreram os assassinatos. Pacificamente, no meio de cânticos e exibição de dísticos exteriorizavam a sua consternação enquanto esperavam pela chegada do seu líder a fim de iniciar com a marcha.

Logo nas primeiras da manhã, os jornalistas (nacionais e estrangeiros) estiveram a reportar estiveram a reportar as incidências dos acontecimentos, em pleno exercício das Liberdades de Expressão e Informação plasmadas no número 1, do artigo 48 da Constituição da República que advoga que: “todos cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como direito à informação assim como nos Direitos de Jornalistas previstos no artigo 27 da lei número 18/91 de 10 de Agosto (Lei de Imprensa) que defende nos números 1 e 2 que: “o jornalista goza do direito de livre acesso e permanência em lugares públicos onde se torne necessário o exercício da profissão” além de: “não ser detido, afastado ou por qualquer forma impedido de desempenhar a respectiva missão no local onde seja necessária a sua presença como profissional da informação, nos limites previstos na lei.

Quando chegou ao local o Candidato Presidencial Venâncio Mondlane, ao iniciar as declarações para aos jornalistas sob as quais apelava aos manifestantes para regressarem às suas casas, uma vez “terem sido alcançados os objectivos” para os quais a manifestação foi convocada; sob às ordens do comandante, a FIR aproximou-se empunhando as armas de fogo, sem discriminar, disparou balas de gás lacrimogénio para manifestantes e jornalistas que não estavam devidamente protegidos, o que provocou danos físicos como lacrimações, dores de vista, alergias respiratórias e cegueiras temporárias e, em casos mais graves ferimentos.

Atentado à liberdade de imprensa

Internado no Bloco Operatório número 2, do Hospital Central de Maputo (HCM), Bruno Marrengula conta que a botija de gás lacrimogénio que lhe atingiu na perna direita foi disparada por um agente da Polícia sob ordens do comandante de UIR que liderou a força que reprimiu os manifestantes no dia 21 de Outubro.

Explica que os disparos foram premeditados e tinham como alvo os jornalistas, visto que, no local onde se encontravam a entrevistar o candidato Venâncio Mondlane, não estava nenhum manifestante. Trata-se de acto deliberado para não permitir que os jornalistas fizessem a entrevista e dessem espaço ao Venâncio Mondlane falar através dos media.

Marrengula, conta que foi a própria Polícia que fez questão de colocar um cinturão de segurança entre os manifestantes e os jornalistas, tendo frisado que os jornalistas eram apenas portadores de microfones, gravadores, telefones, blocos de notas, esferográficas e câmaras de imagem. Não levavam instrumentos contundentes e em nenhum momento colocaram em causa a ordem e tranquilidade públicas. Contudo, a Polícia entendeu de outra forma e atirou directamente para o local onde o grupo estava concentrado a recolher declarações de Venâncio Mondlane.

O operador de câmara está internado no HCM desde a última segunda-feira (dia 21 de Outubro), depois de ter sido atingido por uma bala da Polícia no exercício das suas funções, protegidas pela lei. Bruno Marrengula é um dos dois jornalistas evacuados para o hospital depois de serem alvejados com as balas da Polícia, de um total de 15 jornalistas que foram vítimas da repressão policial.

“A Polícia atirou contra jornalistas. Não sei se o alvo éramos nós ou o candidato Venâncio Mondlane, mas a verdade é que fomos vítimas e impossibilitados de fazer o nosso trabalho”, conta Dário Cossa, repórter da STV, um dos presentes na altura dos factos.

O acto foi reportado em directo pela imprensa nacional e internacional, do qual o MISA apurou que cinco pessoas, das quais dois jornalistas e um segurança do candidato presidencial, Venâncio Mondlane, foram atingidos.

“Um cordão de segurança da Polícia antimotim aproximou-se ao local onde os jornalistas se encontravam a entrevistar Venâncio Mondlane, deitando tiros e gás lacrimogénico com intensidade, interrompendo a conversa e dispersando jornalistas”, conta Dário Cossa.

Além de ferir gravemente dois jornalistas, as cápsulas de gás lacrimogénico provocaram danos enormes noutros profissionais de comunicação social.

A fuga em debandada e as cegueiras temporárias provocadas pelo gás da Polícia fizeram com que alguns jornalistas danificassem ou mesmo ficassem sem parte do seu equipamento de trabalho. Algumas câmaras de imagem e telemóveis ficaram danificadas e alguns materiais de trabalho perderam-se.

Gaspar Chirindza, operador de câmara da Televisão Soico, foi outra vítima da carga policial quando exercia suas actividades. Conta que a perseguição a jornalistas começou pela manhã, quando agentes da UIR, mesmo apercebendo-se da presença de jornalistas no local espalharam gás lacrimogénico de forma indiscriminada.

Chirindza explica que até a altura em que a Polícia dispersou os manifestantes, os contestatários estavam a agir de forma pacífica, limitando-se a cânticos e exibição de dísticos. Contudo, conforme Gaspar Chirindza testemunhou ao MISA, no momento em que o candidato Venâncio Mondlane falava a jornalistas, a Polícia atirou directamente para o local e ele também foi atingido.

“Quando a Polícia atirou para o local onde estávamos a fazer o trabalho [entrevista ao Venâncio Mondlane], todos fugimos, incluindo o entrevistado. Nessa fuga, uma bala de gás lacrimogénico explodiu no meu pé. Tive perfurações no pé esquerdo. Sangrei muito. Depois fui transportado para o hospital onde recebi tratamentos médicos”, explica, lamentado o actitude da Polícia, referindo que a mesma é incompatível para com um Estado de Direito.

A direcção dos Serviços de Urgência e Reanimação (SUR), do Hospital Central de Maputo (HCM), confirma a entrada de feridos, em conexão com as manifestações do dia 21. Segundo Dino Lopes, director do SUR do HCM, no total foram 16 pacientes que deram entrada naquela unidade sanitária, dos quais dois são profissionais de comunicação social. Todos estavam com ferimentos provocados pelo lançamento de projecteis.

Segundo Lopes, um dos jornalistas ferido recebeu alta hospitalar, no mesmo dia, depois de tratamento enquanto outro continua internado.

Governo não condena barbaridade policial

O governo moçambicano saiu em defesa da Polícia depois de uma actuação excessivamente desproporcional, abusiva e de promoção de violência gratuita contra jornalistas que, no exercício do direito e compromisso de ser informado e informar, tentavam cobrir os eventos convocados pelo candidato presidencial apoiado pelo Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS, Venâncio Mondlane).

Sem condenar os actos mundialmente reprovados, Filipe Nyusi, presidente da República, disse que os jornalistas estavam no meio de manifestantes a trabalhar, contudo, na tentativa de repor a ordem, a Polícia acabou atingindo-os involuntariamente. O Presidente da República frisou que no decurso das manifestações, alguns parceiros da comunicação social que cumpriam o seu dever de informar e comunicar aos moçambicanos, no meio de manifestantes, acabaram sendo atingidos pelos meios usados o que lamentámos.

O Presidente da República de Moçambique sublinhou que tal como jornalistas que contraíram ferimentos, no seio da corporação também houve feridos.

Um dia antes de Filipe Nyusi falar, o porta-voz do Governo, Filimão Suaze, deixou claro que o seu executivo não aceita a tese de uso abusivo de força por parte de agentes da Polícia, apesar de as imagens televisionadas em directo terem demonstrado uma Polícia a carregar contra os manifestantes que, sequer, estavam a promover desordem.

Filimão Suaze buscou a narrativa de que a Polícia disparou contra os manifestantes, mas porque os jornalistas estavam naquele local, não foi possível haver discernimento necessário para identificar e separar jornalistas dos manifestantes.

“Eu não posso assumir que é verdade porque eu também assisti. Não posso assumir que tenha havido disparos contra jornalistas. Houve disparos contra os manifestantes e os jornalistas estavam posicionados num local que estavam, também, manifestantes e, nessa sequência, terão sido atingidos por essas balas de gás lacrimogéneo, o que levou a que tivessem que se dispersar, terminando a conferência de imprensa que estava a ser dada por um dos candidatos



presidenciais” – reagiu Filimão Suaze, sugerindo que jornalistas é que não deviam estar naquele lugar, àquele momento.

“Quando se fizer análise completa e avaliar até que ponto isso pode ser tido como uma acção de coarctar o vosso trabalho, certamente não foi, mas vai haver um pronunciamento”, disse.

Maputo, 23 de Outubro de 2024